

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR - 4ª edição (2014-2015)

Michele Agrelo Fernandes

**INCLUSÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO RIMAM COM GESTÃO: UMA  
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NOS  
MOLDES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Porto Alegre

2015

Michele Agrelo Fernandes

**INCLUSÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO RIMAM COM GESTÃO: UMA  
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NOS  
MOLDES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso final do Projeto de Intervenção (PI) desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Isabel Letícia P. de Medeiros

Porto Alegre

2015

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi a principal atividade da sala Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar – 4ª ed. e apresenta a análise das ações desenvolvidas através de um Projeto de Intervenção que desafiou as mudanças no Projeto Político Pedagógico de uma Escola Pública Estadual. O tema escolhido para o projeto foi a Inclusão Escolar. Para respaldar as discussões e reflexões, foram utilizados os seguintes autores: Franco, 2005; Veiga, 2013; Richardson, 2014; Mantoan, 2006; Carvalho, 2006 entre outros, para que este trabalho tivesse seus resultados embasados em autores que desenvolvem seus trabalhos com excelência em cada tema. Foi utilizada a Pesquisa-ação (FRANCO, 2005; VEIGA, 2013; TRIPP, 2005) como base metodológica a fim de proporcionar que eu também participasse deste projeto não só como pesquisadora, mas também como autora participante nesta proposta transformadora da realidade. Analiso aqui e descrevo as alterações no Projeto Político Pedagógico, as discussões e as reflexões que motivaram esta mudança, bem como a participação de todos da comunidade educativa. Fica muito evidente nesta análise que o Projeto de Intervenção obteve resultados positivos, trazendo a comunidade para a escola para refletir acerca de um tema tão atual e que todos devem estarem informados para combater a exclusão e/ou segregação e defenderem a inclusão nas escolas regulares de ensino com conhecimento e entendimento do assunto.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Projeto Político Pedagógico. Pesquisa-ação

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. BASE TEÓRICA .....	07
3. BASE METODOLÓGICA .....	15
4. AÇÕES ANALISADAS .....	18
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	24
6. REFERÊNCIAS.....	28

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Especialização em Gestão Escolar tem por objetivo apresentar o processo de alteração do Projeto Político Pedagógico- PPP, fazendo constar a inclusão escolar nos documentos de uma escola estadual como resultado do Projeto de Intervenção- PI desenvolvido e aplicado durante a realização do mesmo.

O trabalho está organizado de forma descritiva, onde analiticamente as ações planejadas, as atividades e os recursos utilizados na execução deste projeto são apresentados e comentados como foram tratados na prática e posteriormente analisados, onde é descrito também os resultados das ações, positivas ou não, e quais obstáculos enfrentados, assim como quais ações tiveram sucesso na proposta.

A escola citada neste trabalho situa-se no bairro Restinga Nova, na cidade de Porto Alegre. Está vinculada administrativamente à Secretaria Estadual de Educação que atende o público da Educação Básica nas etapas de Ensino Médio e Ensino Fundamental de 09 anos. A escola funciona nos três turnos, ou seja, manhã, tarde e noite, atendendo um total de 1.140 alunos atualmente, compreendidos entre a faixa de 6 a 21 anos em média.

A Escola conta também com 76 servidores, sendo que 68 são professores e 08 são funcionários.

A Escola atende uma comunidade onde a maioria dos alunos são moradores do bairro Restinga Nova e proximidades. Muitos alunos desde muito cedo trabalham

e contribuem para a renda familiar. A grande maioria dos alunos apresentam dificuldades de acesso à cultura, à tecnologia, informações e entretenimento, pois situam-se distante dos centros de atividades e dispõem de recursos financeiros muito escassos.

Muitos são participativos e organizam-se em reuniões nos Centros Comunitários, espaços de exercício de cidadania, contribuindo desta forma nas decisões e projetos do bairro.

De uns tempos para cá, percebeu-se o aumento da procura pela escolarização de alunos com diferentes tipos de deficiência nesta escola, bem como alunos com laudos médicos com recomendações de encaminhamentos para um atendimento educacional especializado. Houve também a percepção da dificuldade de atendimento destes alunos por parte dos professores que não possuem formação específica para este tipo de atendimento.

Desta constatação, surgiu a necessidade de se fazer através da pesquisa uma intervenção pela qual pudéssemos saber o que pensa a comunidade educativa a respeito do assunto e também levar instrumentos que levem ao conhecimento do assunto e à possível modificação do Projeto Político Pedagógico para que possa prever em seu conteúdo como seria o atendimento deste público que cada vez mais busca a escola regular (saliento aqui que por direito e não por opção) e precisa estar incluído e aceito na mesma.

O objetivo do Projeto de Intervenção foi garantir um atendimento de qualidade aos alunos com diferentes tipos de deficiência ampliando seus espaços de aprendizagem e socialização e discutir com a comunidade educativa a respeito da necessidade de se repensar a prática atual da escola e, conseqüentemente, atualizar o projeto Político pedagógico neste ambiente, pois é o PPP que vai definir a prática diária e a forma como acontecerá as ações neste espaço. Para respaldar as discussões e reflexões, foram utilizados textos de alguns autores como FRANCO, 2005; VEIGA, 2013; RICARDSON, 2014; MANTOAN, 2006 e CARVALHO, 2006 entre outros, para que este trabalho tivesse seus resultados embasados em autores que desenvolvem seus trabalhos com excelência em cada tema aqui discutido e apresentado. Este processo é descrito e analisado neste TCC.

As ações que foram desenvolvidas para que todos pudessem ao mesmo tempo refletir, discutir e propor mudanças, foram embasadas na pesquisa-ação, metodologia utilizada neste trabalho, que tem por finalidade a participação do pesquisador em questão, que faz o papel de pesquisador e participante da ação.

Neste sentido, estão descritas as ações desenvolvidas e que resultaram em importantes modificações não só na proposta do Projeto Político Pedagógico, mas também na participação e envolvimento da comunidade educativa que demonstrou na prática a importância desta participação na transformação da sociedade e busca pela autonomia cidadã.

Assim apresenta-se a evolução do PI, desde a proposta inicial até a finalização, com as considerações a respeito do tema, bem como as propostas de alteração que surgiram como resultado desta prática, onde o pesquisador participa ativamente da pesquisa e também colhe os frutos desta intervenção, que acontece numa perspectiva de reflexão-transformação, trazendo um resultado satisfatório para todos que participaram da ação e que juntos buscaram soluções para a escola da qual fazem parte.

O trabalho está organizado da seguinte forma: base teórica, base metodológica, ações analisadas e as considerações finais que foram os aspectos analisados e que com seus autores referências sustentaram o desenvolvimento e serviram de suporte para as discussões e reflexões deste TCC.

## BASE TEÓRICA

Nesta seção do TCC serão apresentadas as bases teóricas que fundamentam o Projeto de Intervenção – PI cujo foco foi a discussão e modificação do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola no que diz respeito ao atendimento dos alunos com deficiência e a inclusão escolar. Para trabalhar esta temática no contexto de escola pública, é importante considerarmos a gestão democrática como norteadora do trabalho dos gestores, uma vez que está prevista no art. 206 da Constituição Federal, como um dos princípios de ensino, ao prever dentre outros, a gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática. (OLIVEIRA, s/ano)

Enquanto gestora de escola pública, que tem suas ações baseadas na gestão democrática, propus esta temática já que é dever de quem está promovendo este tipo de gestão nas escolas, discutir com os segmentos as necessidades de seu contexto, uma vez que a demanda de atendimento de alunos com necessidades especiais só aumenta.

Também contemplando a LDBEN, este projeto teve como objetivo pôr em prática os princípios da gestão democrática discutindo e problematizando a temática.

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDBEN, 1996)

Sendo o PPP um processo de construção que baseado na gestão democrática, foi construído através das discussões e participação de todos, e neste momento precisa ser revisto também através da participação dos seus segmentos escolares, reformulado e transformado num documento mais atual, que contemple as necessidades da escola, baseado nas dificuldades encontradas atualmente, que é o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais.

Segundo Veiga (2013), o projeto político pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se de uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar. A estes cabem o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos.

A educação um direito de todos, assim ela deve ser ofertada a todos os cidadãos, sem distinções assim como consta na Constituição Federal no Art. 205, que diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E este direito deve ser assegurado pelos gestores das escolas, e que segundo a LDBEN em seu art. 3º. tem como um os princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Se este direito a educação é para todos, precisamos refletir urgentemente a inclusão nas escolas e a forma como será garantido este acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na escola regular, pois não basta apenas incluirmos os alunos, é preciso mais do que isso, pois sendo um direito, deve contemplar todos os aspectos legais e assumir esta responsabilidade de garantir que este direito seja assegurado com qualidade e êxito na escolarização de alunos dentro desta perspectiva de inclusão.

A Constituição Federal deixa claro no inciso III de seu art. 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim como a Constituição Federal, o Conselho Estadual de Educação- CEE na resolução 267/2002 reforça também o atendimento aos alunos da educação especial, conforme consta no seu Art. 1º O atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais far-se-á, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, preferencialmente, em classes comuns do ensino regular.

O Projeto de Intervenção foi proposto para que a comunidade educativa se mobilizasse para que a escola pudesse atender a todos os alunos, garantindo assim a oferta de uma educação de qualidade e que abrangesse a todos que dela fazem parte.

Pensando na temática do PI, a discussão sobre a inclusão na escola foi mais enfocado sobre como seria realizado este trabalho, uma vez que todos entendem a necessidade deste tipo de atendimento na escola, pois a Educação Especial é uma modalidade transversal em todos os níveis, etapas e modalidades de educação.

No art. 4º a LDBEN (1996) consta com muita clareza que o atendimento especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino é um dos deveres do Estado com a educação pública uma vez que este tipo de atendimento está assegurado também pela Constituição Federal ( 1988) onde consta em seu art. 208 que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo .

Em relação à inclusão escolar, é necessário entendermos o que queremos com esta proposta. O PPP deve prever a inclusão em seu corpo de texto para garantir os direitos de todos à educação, e por ser um direito assegurado por lei, este deve estar previsto na gestão da escola pública. Mas para que e como isto deve acontecer? Será que mesmo com muitas leis que asseguram este atendimento ele realmente acontece?

Mesmo após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, nos artigos 58 a 60, definir a Educação Especial como modalidade de ensino, muito pouco ainda tem sido feito para que estes direitos realmente sejam garantidos.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, também reforça a garantia dos direitos do público da educação especial pois sendo de caráter mandatório, contém em seu texto no Art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (CNE/CEB, 2001)

Esta mesma Resolução garante em seu Art. 8º que as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns entre outros itens, professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória e condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa

O Parecer CEED 251/2010 ressalta que a ampliação do atendimento da demanda, especialmente no que se refere à inclusão de alunos com deficiência nas classes comuns, tem implicações em questões de estrutura física das instituições, de provimento e capacitação de professores, pessoal especializado e pessoal para apoio, bem como em questões de natureza pedagógica. Nos anos de 2008 e 2009,

o enfrentamento dessas implicações provocou importante movimentação das escolas e das mantenedoras, em especial das Secretarias Municipais de Educação, a este Colegiado, para expressar as dúvidas que se apresentam nas situações da prática no atendimento escolar dos alunos com deficiência.

Já o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre- CME/POA, em sua Resolução nº 013/2013, a qual tem caráter mandatório no âmbito do seu Sistema Municipal de Ensino, vem exemplificar e ressaltar a importância de assegurar os direitos dos alunos da educação especial, através de seu texto que também contribui para a discussão que todas as leis prevêem a garantia de direitos, e apontam as diretrizes para tal atendimento.

Art. 3º A educação inclusiva no SME está consubstanciada nos princípios da preservação da dignidade humana, do respeito à diversidade e a singularidade, do exercício da cidadania, do direito à educação para todos com qualidade e tem como objetivo:

I - a construção de uma escola inclusiva que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos/as educadores/as – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas que atendam à diversidade;

II - a promoção das condições de acessibilidade do ambiente físico, dos recursos didáticos e pedagógicos e da comunicação e informação, provendo às escolas dos recursos humanos e materiais necessários;

III - o compromisso com o processo de identificação de necessidades educacionais das crianças, adolescentes, jovens e adultos garantindo o atendimento a essas necessidades no âmbito educacional e a articulação com as políticas de atendimento da saúde e da promoção social.

No Art. 5º da Resolução CME 013/2013 a educação especial é um processo educacional definido por uma proposta político-pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais específicos a todas as necessidades, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Como é fato, em todas as esferas educacionais, a educação especial é um direito garantido e uma conquista da educação, porém o que vimos na realidade, nem sempre está em consonância com o que as resoluções nos trazem, pois os entraves burocráticos não permitem que o trabalho seja tão bem desenvolvido como está escrito em seu teor.

A educação inclusiva deve ser entendida como uma forma de integração de alunos e da cultura, da construção conjunta de diferentes conhecimentos e saberes que levam a um entendimento e uma vivência do respeito às diferenças. Segundo Marchesi (2004), há um risco grande de se considerar que as escolas inclusivas sejam incapazes de integrar todos os alunos sem nenhum tipo de exclusão no currículo comum, devido as transformações que ela exige, mas acreditar que todos podem conviver e aceitar as diferenças neste espaço escolar contribui para que a união dos esforços diminua as dificuldades e levem a uma construção do respeito a da cidadania.

Por isso, é importante entender o significado das escolas inclusivas como um processo de mudança que conduz progressivamente a uma participação maior dos alunos na cultura e no currículo comum da escola. Esse processo de mudança deve tornar possíveis as transformações no funcionamento da escola e na prática educativa na sala de aula que permitam aos alunos com necessidades educativas especiais ter acesso ao currículo em um ambiente integrador. (MARCHESI, 2004, p.29)

Pensar em incluir é antes de tudo, acreditar que todos têm o direito de acesso à educação, independente do tipo de deficiência, é saber respeitar o outro na sua individualidade e conviver, criando alternativas para que se alcance o objetivo de incluir, ao invés de excluir, de permitir que por falta de conhecimento ou medo, um aluno não tenha oportunidades de além de aprender, também ensinar, ajudando assim, a sociedade a ser mais justa, solidária e menos desigual.

Segundo Carvalho (2006 s/p) “O princípio geral é o da igualdade de direitos a oportunidades, isto é, ao direito igual de cada um de ingressar na escola e, nela, exercitar sua cidadania, aprendendo e participando”.

Todos os membros da sociedade devem levar em consideração que antes de pensar em inclusão, tem que saber o objetivo de se incluir alunos com deficiência em uma escola regular. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem como propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. (BRASIL, 2009, p.3)

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão em pautas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a igualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. (MANTOAN, 2006, p.16)

Ainda em relação a esta Convenção (Brasil, 2009), o artigo 24 reconhece que a educação deve ser ofertada sem discriminação e com igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência em um sistema educacional inclusivo.

Desta forma, é possível perceber que além de tantos outros documentos que asseguram a igualdade de acesso a educação a todos os cidadãos, este documento afirma o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular, não podendo haver discriminação em razão de alguma deficiência.

É importante salientar aqui, que este processo de inclusão não acontece de uma hora para outra, exige muitas mudanças, mas principalmente a boa vontade de todos aqueles que estão envolvidos e lutando por uma educação de qualidade e de igualdade de oportunidades a todos, sem distinção.

Além de incluir é importante saber que existem formas de apoiar esta mudança, que exige um apoio especializado para oferecer suporte de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, como o que chamamos de Atendimento educacional especializado (AEE).

Dessa forma, o AEE caracteriza-se por um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, oferecidos de forma complementar ou suplementar à escolarização dos alunos público alvo da Educação Especial, matriculados nas classes comuns do ensino regular. Esse atendimento pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, em turno contrário ao da escolarização. O AEE precisa ser oferecido no contraturno para que os alunos não tenham sua frequência no ensino comum dificultada ou impedida. (TURCHIELLO, SILVA E GUARESCHI, 2012, p. 39).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define muito bem o AEE:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional

especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2008).

Neste contexto de Política de Educação Especial, o AEE é um serviço de educação prestado dentro da escola e deve ser integrado ao Projeto Político Pedagógico da escola regular. Deveria ser uma oferta obrigatória para complementar a proposta de inclusão nos sistemas de ensino e que estivesse pronto a atender aqueles alunos que deste apoio necessitassem.

Neta perspectiva de atendimento, Batista e Mantoan (2005 p.26) defendem a importância do AEE ao afirmarem que o atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim, tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos apresentam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aula comum do ensino regular. Portanto, este atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

Em razão de se pensar em uma escola inclusiva é necessária uma preparação para esta forma de trabalho. Pensar em todos os aspectos que possam assegurar uma proposta de inclusão nos permite ter a garantia de estar além de assegurando um direito, garantindo um espaço de desenvolvimento social, permitindo o aumento da autonomia e crescimento dos cidadãos, preparando a escola e seus participantes para a atuação em sociedade. Uma boa organização e boas ações permitem que o trabalho seja facilitado e ao mesmo tempo facilitador, que garanta os direitos assegurados por lei, mas que acima de tudo garanta a igualdade de oportunidades a todos, para que uns com os outros possam aprender e quebrar as barreiras do preconceito em relação à deficiência.

Para todo o desenvolvimento deste trabalho, foi necessária uma metodologia de pesquisa que melhor se adequasse à realidade e à necessidade do mesmo. Desta forma, segue o embasamento para o desenvolvimento do PI.

## **BASE METODOLÓGICA**

Para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção ora descrito analiticamente, foi escolhida a metodologia de pesquisa-ação por ser um tipo de pesquisa eminentemente pedagógica, e que segundo Franco (2005) é uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática. Ainda conforme este mesmo autor (s/pg), “Se alguém opta por trabalhar com pesquisa-ação, por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática”.

Neste tipo de pesquisa há um grande envolvimento entre os participantes, ou seja, pesquisador e participantes ficam envolvidos para que os resultados sejam produtos da participação.

A pesquisa-ação parte de um envolvimento das pessoas engajadas neste processo e resulta em uma aprendizagem que envolve a reflexão, a análise e a produção de novos conhecimentos, que resultam na transformação de uma realidade.

A pesquisa-ação não tem a pretensão apenas de mostrar e analisar uma realidade, mas sim transformá-la, a partir da proposta e desenvolvimento do projeto, uma vez que provoca a reflexão, a participação os sujeitos envolvidos e a consequente transformação da realidade.

Tal como o nome implica, a pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). A consideração dessas duas dimensões, mudanças e compreensão, podem dar uma importante contribuição na elaboração do projeto de pesquisa. (RICHARDSON, 2014, s/pg).

A escola em questão é um espaço que buscou através da pesquisa-ação reformular não só o Projeto Político Pedagógico, como promover uma reflexão acerca das ações e conseqüentemente uma transformação das mesmas. Foi através da participação que os rumos do PI foram sendo definidos. Além do objetivo previamente estabelecido, através da participação, houve uma troca, uma construção de novos conhecimentos e pesquisador e participantes passaram a integrar um corpo único envolvidos na transformação e construção de uma nova proposta a ser implantada na comunidade escolar.

Está aqui uma segunda proposta de ação: a motivação e a capacitação das pessoas para participar (por vozes, para promover esta participação), segundo sua cultura, na escola. É claro que a participação, de início, será diferente conforme a "posição" da pessoa no contexto escolar, mas o desejável é que o grau de participação entre todos vá se aproximando até o limite necessário para que a ação, continuamente transformadora, não se torne impossível. (GANDIN, 2001, s/pg)

Nesta perspectiva, busquei através da participação e da cooperação, a reflexão transformadora. Os segmentos da escola acompanharam a proposta e possibilitaram boas reflexões a respeito do tema do PI. Foram previstas as seguintes estratégias para o desenvolvimento do mesmo:

- Reuniões com todos os segmentos representativos da comunidade escolar;
- Questionários;
- Formações.

Assim, estas estratégias foram previstas para o desenvolvimento do PI, contando com a participação, uma vez que todos os segmentos devem ser ouvidos e convocados a participar das reflexões e decisões coletivas. Oliveira (s/ano) em seu artigo fala dentre outros aspectos da participação que a gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos seus processos decisórios.

Assim, a escolha do referencial metodológico buscou enfatizar a participação ativa dos envolvidos, ao encontro de um princípio fundamental do ensino, qual seja a gestão democrática.

Conforme Gandin (2001) a construção em conjunto acontece através do processo participativo de planejamento. É um processo onde as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só decisões específicas, mas os próprios rumos que se deva imprimir à escola. Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora de um todo que vai fazendo sentido à medida que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão e à medida que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo.

Na busca pela construção participativa, é que a metodologia de pesquisa-ação ganha força para que o PI possa ser construído e implantado a partir da coletividade, e que o pesquisador esteja atuando em conjunto com os participantes, a fim de que juntos possam transformar a realidade em questão, trazendo melhorias à prática através da reflexão e das contribuições que irão gerar um novo olhar sobre o que é feito e o que poderemos fazer através de um novo conceito construído por todos os membros que fazem parte deste processo.

Outra característica do relacionamento recíproco entre pesquisa e prática aprimorada é que não apenas se compreende a prática de modo a melhorá-la na pesquisa-ação, mas também se ganha uma melhor compreensão da prática rotineira por meio de sua melhora, de modo que a melhora é o contexto, o meio e a finalidade principal da compreensão. (TRIPP, 2005)

A seguir, serão apresentadas as ações desenvolvidas e analisadas para que este trabalho tivesse a devida importância no seu âmbito de atuação.

## **AÇÕES ANALISADAS**

Inicialmente, a proposta de reformulação do PPP da escola foi pensada porque o mesmo já estava desatualizado e não contemplava a inclusão escolar e o atendimento aos alunos com necessidades especiais. Foi garantido através desta proposta, que os alunos com deficiência pudessem ter seu direito à educação nas escolas regulares de ensino, garantido por lei a promoção da Inclusão, assegurado através desta reformulação do Projeto Político Pedagógico.

Devido ao aumento da demanda de matrículas de alunos com necessidades educativas especiais e conseqüentemente uma intervenção pedagógica mais específica para cada caso, foi escolhido o foco do projeto de intervenção já apresentado anteriormente.

O PI foi sendo colocado em prática na medida em que nos reuníamos e discutíamos, refletindo sobre os objetivos da inclusão na escola e na comunidade e como seria colocado em prática estas ações que estávamos planejando.

Nas reuniões com os segmentos da comunidade escolar aconteceram ótimas reflexões sobre o assunto e também foram discutidas novas ideias que abriram espaço para novas discussões de como fazer/promover a inclusão na escola como o produto de uma ação que promova a igualdade de direitos, o acesso e a permanência destas pessoas incluídas no espaço escolar.

As ações começaram com os encontros da equipe diretiva da escola, para que se discutisse os casos apresentados até então e para a avaliação da necessidade de se modificar o PPP (que necessariamente precisava ser modificado

por uma exigência legal) e para uma possível proposta de implantação do atendimento educacional especializado na escola, a fim de dar mais qualidade ao atendimento dos alunos com necessidades especiais e maior suporte ao trabalho dos professores e familiares da comunidade.

Na reunião com os membros da equipe diretiva em que o objetivo inicial era identificar a necessidade de se trazer esta discussão para a escola e comunidade bem como prever como seria o atendimento dos alunos com deficiência na escola e a possível alteração do Projeto Político Pedagógico, caso fosse concluído a necessidade de discutirmos o assunto, foi utilizada a reunião dos membros como instrumento de pesquisa.

Os membros da equipe diretiva concordaram que era de extrema importância a previsão de um atendimento educacional especializado e a inclusão deste tema no PPP da escola. Houve um consenso na decisão que deveríamos nós, como gestores da escola, levantar a questão e propor a reflexão sobre o porquê e para quê queremos modificar o PPP e prevendo /incluindo a Inclusão em nossa escola, pois além de atender as decisões legais, também atenderia a uma grande demanda da comunidade onde a escola se situa.

Assim como a equipe diretiva, o Conselho escolar também esteve reunido com a mesma finalidade de discutir a importância da proposta e apresentaram alternativas bem interessantes.

Na reunião com o Conselho escolar foi apresentada a proposta de modificação do PPP e a proposta do PI que seria a discussão sobre a Inclusão e o atendimento educacional especializado na escola, a fim de atender as determinações legais e o aumento da demanda de escolarização deste público.

Como instrumento de pesquisa foi utilizada a reunião com os membros do Conselho, que é um grupo menor, mas com grande representatividade, onde foi apresentado a proposta e discutido a necessidade e viabilidade da mesma.

Todos os membros do Conselho concordaram que seria necessário o texto do Projeto Político Pedagógico da escola prever a Inclusão e também como seria feito o atendimento na escola quando recebêssemos um aluno que necessite de atendimento educacional especializado.

Um aspecto muito positivo neste encontro foi os diferentes segmentos representantes dos demais, reunidos num grupo menor, mas com muita clareza de seus papéis naquele espaço. Contribuíram com propostas inovadoras e discutiram sobre possibilidades e dificuldades na implantação de um atendimento especializado. Foram unânimes no que diz respeito a modificação do Projeto Político Pedagógico, e trouxeram ideias para vencermos os desafios.

Foi discutido nesta reunião questões como professores especializados para o atendimento especializado, proposta de trabalho e adaptações que seriam necessárias para viabilizar a acessibilidade e o atendimento necessário para o público alvo, entre outros assuntos.

Com a aprovação do Conselho Escolar foi apresentado o cronograma previsto de ações e também foi decidido que seria interessante outros encontros para que também pudéssemos em conjunto, conhecer um pouco mais sobre a realidade da escola e também quais as dificuldades que encontraríamos e como resolveremos as mesmas, após as ações serem implantadas nos outros grupos.

Foi sugerida uma formação com a equipe da escola para o grande grupo de pais, onde seria esclarecido o porquê da proposta e também para os alunos, com a finalidade de conscientizar os mesmos da necessidade de discutirmos a proposta, o que foi muito bom, pois se possibilitou um espaço de reflexão e orientação a respeito da Inclusão.

Com o andamento dos encontros iniciais para levantarmos a necessidades, os objetivos e a forma e implantação o atendimento educacional especializado na escola, apliquei um questionário aos alunos do 5º ao 9º ano, com o objetivo de analisar o que os alunos entendem por Inclusão e como pensam a respeito o assunto. Foi aplicado um questionário com perguntas que nos levasse a compreender como os alunos pensam a inclusão e que sugestões dariam para o trabalho com colegas com deficiência.

O aspecto positivo deste trabalho com os alunos é o retorno imediato sobre o que pensam e conhecem sobre a inclusão. Também foi possível observar como os alunos se posicionam perante as dificuldades da implantação da proposta.

Alguns alunos não responderam o questionário. O que nos levou a repensar a ação. Aí surgiram duas hipóteses: ou não responderam com a seriedade que pretendíamos ou por falta de conhecimento. Foi decidido então, que também faríamos uma palestra sobre o assunto.

Também foi aplicado um questionário aos alunos do ensino médio, mas como isto não estava previsto no cronograma inicial, e só após a reunião com o Conselho escolar é que percebi junto com os demais membros do Conselho que seria muito interessante ouvir o público do ensino médio também, desta forma, acrescentei esta ação no cronograma e execução do projeto, a ser aplicada mais tarde.

Como foi sugerido pelo Conselho Escolar e planejado no cronograma inicial, realizamos uma reunião geral com os pais. Todos foram convocados a participar e discutirmos o foco do projeto de intervenção, com o objetivo de apresentar a proposta de alteração do PPP e a inclusão na escola. Apresentamos a proposta e as razões para que discutíssemos o assunto e para conhecermos a opinião dos mesmos em relação ao assunto. Muitos se apresentaram contra a proposta de inclusão e podemos perceber que por falta de conhecimento da lei e do assunto. Daí foi pensado uma palestra posterior para maiores esclarecimentos sobre a inclusão; com data que foi agendado mais tarde.

Nesta reunião de pais ficou muito claro que por falta de conhecimento, muitos são contrários à ideia, por temerem que isto acabe trazendo problemas para seus filhos, como agressividade por parte de alguns alunos e falta de tempo do professor para atender os outros alunos, devido a atenção que teria que dar a um aluno “especial”, segundo a fala de alguns pais.

Aproveitei a oportunidade e expliquei que a inclusão é um direito assegurado por lei e que conviver com as diferenças poderia ser um grande aprendizado não só para os filhos mas para os pais também, afinal a escola é um espaço de transformação, de aprendizagem e convivência.

A reflexão nesta reunião foi em minha opinião, a melhor ação deste projeto, pois pude perceber as resistências e também entender que além dos filhos, a escola precisa trazer mais os pais para refletir e transformarem suas opiniões após

refletirem sobre tal assunto, e isto só é possível, através da discussão, da participação e a aposta em uma Gestão Democrática eficaz.

Ficou acordado nesta reunião um agendamento de uma palestra para uma reflexão coletiva e maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Em relação aos professores e funcionários, em uma reunião geral, apresentamos a proposta e discutimos a necessidade das modificações propostas e aproveitamos para conhecer quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores e funcionários no trabalho de inclusão, bem como poderíamos trabalhar e atender melhor os alunos com deficiências que estão chegando à escola e que nos colocam frente a grandes desafios que vão desde a acessibilidade à falta de formação específica para o atendimento deste público.

O objetivo desta ação, foi trazer ao grupo os aspectos legais da inclusão, e a questão pedagógica deste atendimento. Também era objetivo, conhecer o que os professores pensam sobre inclusão e quais seus receios em relação ao atendimento deste público em sala de aula.

É uma constatação no grupo de pais e funcionários que muitos sentem falta de uma formação que possibilite o atendimento destes alunos. São preocupados com questões pedagógicas, e manejo em sala de aula por exemplo. Foi a partir deste encontro, que pensamos em uma formação para maiores esclarecimentos sobre a inclusão.

Estas ações descritas foram pensadas anteriormente à prática do PI, mas conforme elas foram acontecendo, foi necessário realizar outras que não estavam previstas, até chegarmos mais perto da finalização, pois todos teriam que participar e estarem de acordo em sua maioria.

Foi realizada também uma reunião com os alunos e a aplicação de um questionário para as turmas de ensino médio, conforme foi constatado anteriormente, a necessidade desta ação, quando foi possível também conhecermos o que os alunos desta etapa de ensino pensam sobre o assunto. Este questionário foi aplicado nas turmas do turno matutino e noturno. Ficou evidente que a maioria dos jovens entendem que a inclusão é importante e aceitariam participar e ajudar um colega se necessário.

Realizamos uma formação com os pais em uma reunião geral, com uma professora de uma escola especial, para que a mesma falasse sobre a inclusão e as diferenças sobre uma escola regular e uma escola especial. Esta formação foi muito importante para que muitos pontos fossem esclarecidos e houvesse uma reflexão a respeito do tema.

A participação da comunidade, de modo geral, foi boa apesar de ainda não ser uma participação como se esperava e como se desejava, pois muitos pais ainda não estão acostumados com a ideia de participar das decisões e ações da escola. Para muitos, a ideia de participação ainda se limita a reuniões de pais ou entrega de avaliações, o que é uma ideia a ser transformada.

Gandin (2001) escreveu muito bem a respeito da participação ao dizer que os sinais dos tempos nos chamam à participação, não apenas a uma participação concedida e controlada, mas uma participação que signifique realmente uma posse do poder pelos grupos para orientarem sua ação na direção de uma nova sociedade que realize o grande ideal de ser, ao mesmo tempo, justa e livre [...]. Está chegando o tempo em que a participação deixa de ser aspiração para ser possibilidade.

No mês de abril, uma professora de educação especial veio até a escola conversar com os alunos do 5º ao 9º ano, para esclarecer mais sobre a inclusão. Foram realizadas dinâmicas para que os alunos percebessem como é sentir-se excluído de um grupo. Foi aberto um espaço para perguntas à palestrante e debate sobre o tema.

A avaliação desta ação muito positiva, pois é através da reflexão que os alunos podem quebrar as barreiras do preconceito e aceitar as diferenças, convivendo com os colegas diferentes no mesmo espaço.

Foi realizada uma formação em uma reunião pedagógica com os professores dos anos iniciais da escola onde pudemos perceber os receios dos professores, as angústias e levantamos ideias para que a proposta pudesse ser colocada em prática.

A mesma reunião/formação foi realizada com os professores dos anos finais e do ensino médio. Foi positivo poder confrontar as ideias de um grupo de professores

com outro. Percebemos que ambos têm receio de não saberem lidar com os alunos sem um apoio especializado.

Os instrumentos utilizados nas reuniões eram muito simples. Era apresentado a todos os segmentos representativos o PPP da escola que estava desatualizado e através de reflexões e discussões acerca do que é o PPP e o que podemos melhorá-lo através da participação e contribuição de todos, redigimos atas, refletimos sobre as respostas obtidas através de questionários e esboçamos algumas ideias que começam a tomar forma de texto para analisarmos a melhora do documento em questão e incluímos o tópico que era o foco deste PI sobre a inclusão e atendimento educacional especializado na escola

Dando continuidade às ações de refletirmos sobre o problema e transformarmos a realidade, uma proposta de pesquisa-ação, foi realizada uma formação geral na reunião de formação nas férias para todos os professores e funcionários para que pudéssemos fazer um fechamento das ideias obtidas em todos os encontros, em todas as ações, que nos levaram a crer que o projeto obteve sucesso em propor tal modificação e discussão da temática.

Todas as ações propostas inicialmente foram realizadas, mas também foi necessário no decorrer do processo acrescentar outras ações no cronograma inicial, pois a cada encontro, era visível a necessidade do envolvimento do grupo e o quanto este projeto movimentou a escola, trazendo uma proposta de mudança, mas dentro de uma perspectiva participativa, onde todos tinham vez e voz neste processo.

Finalizando a análise das etapas de desenvolvimento deste Projeto de Intervenção, segue as reflexões que permitiram pensarmos e avançarmos implantação da proposta de inclusão e avaliarmos a mesma com maior conhecimento e responsabilidade, após a participação ativa de toda a comunidade escolar envolvida.

## CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar o Projeto de Intervenção, que é apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso, sinto-me satisfeita por ter vivenciado esta experiência e por ter participado desta formação que muito contribuiu para que além da formação geral, que agregou muitos conhecimentos, trouxe a questão da Gestão Democrática como o foco de uma prática das direções nas escolas, que muitas vezes são praticadas sem uma formação específica e sem o conhecimento do assunto.

A prática da Gestão Democrática não é fácil, pois ela depende de um desprendimento, de uma busca pela descentralização do poder das direções de escola para que coletivamente se reflita e se discuta os assuntos pertinentes de determinada comunidade escolar. Esta prática, garantida por lei, traz mais autonomia, mais autenticidade e mais identidade aos seus membros. Os gestores são vistos como parceiros e isto contribui muito para o processo de democratização da educação nas escolas.

Participar deste curso foi um salto de qualidade em minha formação. Espero que como gestora, eu possa aplicar cada vez mais meus conhecimentos na prática, promover a participação e coletivamente tornar a escola um espaço de aprendizagem, de reflexão e transformação de uma educação e uma sociedade mais justa e menos desigual.

Os desafios deste tipo de Gestão são muitos, pois se queremos que a educação transforme pessoas, é preciso que nos transformemos também. Mudanças exigem coragem para serem enfrentadas, mas acredito que já estamos percebendo os resultados positivos desta prática Democrática. As perspectivas são

boas, pois as pessoas estão cada vez mais sabedoras de seus direitos, estão se qualificando e tornando-se mais cientes que somente através da união de esforços, da participação e das ações coletivas é que conseguiremos resultados positivos e caminharemos em direção a uma educação democrática, onde todos terão vez e voz neste processo de ensino e aprendizagem, que hoje é um objetivo a ser alcançado.

Ser gestor hoje requer muito mais que querer estar à frente da direção da escola, requer conhecimento e determinação, para que se coloque lado a lado com os representantes da comunidade escolar, a fim de trabalhar em prol de um objetivo em comum. Por esta razão, é que além de todos os módulos trabalhados neste curso, a metodologia escolhida de pesquisa também foi de grande valia para o êxito do trabalho, pois a proposta de além de pesquisador, ser participante, é a possibilidade de ter um outro olhar, que também só contribuiu para o crescimento profissional que busquei.

Após a aplicação desta metodologia de pesquisa-ação para o desenvolvimento do PI onde o pesquisador é a pessoa que investiga e ao mesmo tempo é participante desta ação, é importante salientar a validade desta metodologia, pois ela permite que se analise o contexto onde o pesquisador está inserido e ao mesmo tempo se reflita a respeito deste espaço, e conseqüentemente, o transforme, pois após as ações desenvolvidas todos conseguem repensar a respeito daquilo que vêm desenvolvendo e praticar as melhorias e alternativas que foram objetivadas para a qualificação deste espaço.

Após as ações desenvolvidas a fim de complementar o PPP da escola que legalmente estava desatualizado e levantar como estava acontecendo o trabalho de inclusão escolar e se havia necessidade de se desenvolver alguns recursos específicos e necessários para o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, todos os envolvidos chegaram de alguma forma à conclusão que é muito importante qualificar o trabalho de atendimento aos alunos com necessidades específicas de atendimento e também para qualificar o atendimento que a escola presta a comunidade, prevendo um trabalho que possa qualificar a inclusão e o atendimento destes alunos, garantindo assim seu direito à educação.

Sabemos hoje, que mesmo após alguns anos da proposta de inclusão ser apresentada através de leis que garantam sua efetiva prática, ainda não temos

resultados desejados e esperados, pois alguns Estados e Municípios ainda caminham a passos lentos em direção da proposta. A inclusão requer muito mais que boas práticas e boas intenções, requer um investimento em recursos humanos para o atendimento dos alunos, qualificação dos professores, investimentos em equipamentos e planejamento de infraestrutura que na prática não são tão simples e imediatas.

Enquanto os entraves burocráticos e financeiros ficam atrasando a real prática do processo inclusivo, as escolas discutem como aliar este ideal ao realismo que as demandas de inclusão apresentam diariamente em nossas escolas que para garantir o cumprimento da lei, esforça-se para fazer um trabalho de qualidade, mas que sabemos que estamos longe de alcançá-lo fielmente.

A organização dos espaços inclusivos exige uma reflexão crítica sobre o assunto para que seja assumida por todos com responsabilidade e que a Gestão Democrática possa com a ajuda de todos cada vez mais garantir um ensino inclusivo para que a sociedade se conscientize da importância de lutarmos por este direito.

Pensando nesta perspectiva e sabedores da situação financeira atual do Estado, a equipe diretiva, juntamente com os demais segmentos representativos da escola e eu como pesquisadora e vice-diretora desta escola concluímos que é necessário pensar em estratégias que possam começar a expandir o assunto, além de formações mais específicas, será necessário também pensar na reformulação do PPP da escola e a implantação de uma sala de recursos, para que o trabalho realmente fique completo, a fim de dar um suporte ao atendimento dos alunos e seus familiares, aos professores e a todas as pessoas da comunidade que precisarem de atendimento, ampliando assim mais uma oferta de inclusão e abrindo espaço para o trabalho em prol de uma sociedade menos desigual e mais justa.

Para tal implantação desta sala, o PPP será alterado, e após esta ação, será encaminhado para a aprovação da mantenedora pois segundo o Conselho Nacional de Educação em sua Resolução Nº 4 de 2009, em seu art. 10, o Projeto Pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização sala de recursos multifuncionais, matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola, plano de AEE, professores para o exercício da docência, entre outros itens.

Posteriormente, será aberto um processo para o funcionamento de uma sala de recursos juntamente a SEDUC baseado na necessidade e aumento da demanda de alunos com algum tipo de deficiência na escola.

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (CNE, 2009)

Desta forma, mais um passo estará sendo dado em direção a uma educação de qualidade e ao exercício de uma gestão democrática que além de contemplar as exigências legais, preocupa-se com a garantia do direito a educação e o acesso e a permanência de todos não só na teoria, mas em uma prática baseada na participação e exercício de cidadania, coletividade e autonomia.

O grande desafio é fazer com que mesmo que seja garantida por lei, a inclusão possa acontecer de uma forma que não seja tratada apenas para contemplar tal documento, mas sim porque é um ideal de sociedade, que mesmo com dificuldades para ser colocada em prática, seja uma forma de ir além de incluir, que seja também uma forma de integrar pessoas com os mesmos direitos assegurados. Por ser uma sociedade desigual em vários sentidos, a inclusão é uma forma de qualificar a educação para todos e garantir assim, uma sociedade com menos desigualdades. Carvalho (2006, s/pg) resume o trabalho de inclusão ao dizer que “O desafio está, portanto, em discutir a maneira como se engendram as políticas educacionais, para nelas incluir todos, indiscriminadamente, por direito de cidadania e porque educação deve ser um direito essencial na vida de cada um”.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina A. M. e MANTOAN, Maria Teresa E. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: Mec/SEESP, 2005.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02 de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4 de 2009**. Institui Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v.4, n.1, jan. /jun. 2008. Brasília: Mec/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Mec, 2009.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Meditação, 2006.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez, 2005.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MARCHESI, Álvaro. César Coll (ORG) I, Álvaro Marchesi e Jesús Palácios; **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes; DOURADO, Luiz Fernandes. **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação**. UFG.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** Disponível em: <[http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf](http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf)> Acesso em 04 de novembro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação (CEEEd). **Parecer nº 0251/2010**, de 14 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação (CEEEd). **Resolução nº 267/2002**, de 10 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação (CME). **Resolução nº 013/2013**, de 05 de dezembro de 2013.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set. /dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

TURCHIELLO, Priscila; SILVA Sandra Suzana Maximowitz; GUARESCHI, Taís; Ana Cláudia Pavão Siluk (ORG). **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1ªed. Santa Maria: UFSM, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A Escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan. /jun. 2013.

